

Os desatinos que não devemos esquecer em 2022

» MERCEDES BUSTAMANTE

Professora titular da Universidade de Brasília, membro da Academia Brasileira de Ciências

A trajetória parlamentar e a retórica do presidente Jair Bolsonaro, ao longo de décadas de vida pública, eram fortes indicadores do que aguardava o Brasil no início de 2019. Mesmo assim, fomos surpreendidos com a velocidade, a eficiência e o zelo na condução do projeto de desmonte de políticas públicas em áreas vitais como educação, ciência, saúde e meio ambiente.

Em 2022, teremos a oportunidade de refletir não somente sobre as ações do Executivo federal, mas também sobre o Legislativo, que, ativamente ou de forma inercial, contribuíram para solapar a qualidade de vida e o futuro dos brasileiros.

O calvário e a dor da população brasileira no enfrentamento da pandemia de covid-19 não devem ser esquecidos em 2022. A condução irresponsável da crise incluiu a disseminação de notícias falsas, a prática de charlatanismo na defesa de medicamentos com ineficácia comprovada, o atraso na aquisição de vacinas e a sabotagem de estratégias eficazes, como o distanciamento social, o uso de máscaras e a vacinação. Pelos milhares de famílias enlutadas, pelas crianças tornadas órfãs, por aqueles que convivem com as sequelas persistentes da doença e por aqueles que padecem com o agravamento da insegurança alimentar e da fome, não devemos esquecer.

As profundas crises da ciência e da educação brasileiras não devem ser esquecidas em 2022. Os poderes Executivo e Legislativo contribuíram para a redução sem precedentes nas verbas destinadas ao fomento à ciência no Brasil e à manutenção de prestigiadas instituições de ensino e pesquisa. E isso, acompanhado por manifestações claramente contrárias à ciência e pela perseguição a cientistas quando seus resultados ou comunicações de pesquisa desafiam as fantasias gestadas nas secretarias de comunicação do governo federal.

Na educação, passamos de ministro a ministro com a ilusão efêmera de que o próximo não poderia ser pior do que



o anterior. Ledo engano! Assim, paulatinamente, vimos políticas de Estado, construídas ao longo de gestões de governos com diferentes matizes ideológicas, serem destruídas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Os dois órgãos foram entregues a cheias não capacitadas para as funções e viram seus competentes servidores de carreira

perseguidos por defenderem o interesse público. Ao desconstruir o Inep e a Capes, fragilizaram a educação pública em todos os níveis. Não são impactos de fácil reversão e, quanto mais tempo persistir o desmonte, mais difícil será a recuperação. Pelos jovens talentos excluídos por dificuldades de acesso ao ensino remoto, por aqueles que deixam o país para poder seguir fazendo ciência, por aqueles que permanecem em um ambiente cada vez mais adverso à livre prática acadêmica e científica, não devemos esquecer.

O quadro de horror na gestão e nas políticas ambientais não deve ser esquecido em 2022. Desde 2019, o governo do Brasil vem ocupando negativamente as manchetes nacionais e internacionais ao se despir de qualquer resquício de pudor para destruir políticas, leis e instituições de proteção ao meio ambiente e esvaziar a representatividade de seus órgãos colegiados. Os resultados trágicos de tais estratégias estão no avanço dos crimes ambientais e nos ataques aos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

A famosa “boiada” do Executivo, liderada pelo infame ex-ministro Ricardo Salles, recebeu apoio substancial da “boiada” do Legislativo, com a aprovação de projetos de lei que corroeram princípios basilares da proteção ao meio ambiente. Novamente, os impactos negativos serão de longa duração e agravados pelas mudanças ambientais globais. Pelas extensas áreas desmatadas e degradadas em todos os biomas e ecossistemas brasileiros, pelos prejuízos à nossa biodiversidade, pela redução de qualidade do ar, das águas e dos solos, não devemos esquecer.

Que os debates públicos em 2022 sejam nova oportunidade para lembrar e defender os valores que nos definem como nação digna em um mundo democrático, incluso e sustentável.

» Artigo endossado pela Coalizão Ciência e Sociedade (www.cienciasociedade.org) que reúne cientistas de todas as regiões brasileiras.

Notícia de jornal

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO

Consultor em estratégia

O ano era 1975. Vivíamos o auge da ditadura, com o AI-5 em plena vigência e a censura campeando. É nesse cenário que o genial Chico Buarque grava *Notícia de jornal*, obra composta por Luís Reis e Haroldo Barbosa em 1960 cujos versos estão reproduzidos abaixo:

Tentou contra a existência/ Num humilde barracão/ Joana de tal, por causa de um tal João/ Depois de medicada/ Retirou-se pro seu lar/ Aí a notícia carece de exatidão/ O lar não mais existe/ Ninguém volta ao que acabou/ Joana é mais uma mulata triste que errou/ Errou na dose/ Errou no amor/ Joana errou de João/ Ninguém notou/ Ninguém morou na dor que era o seu mal/ A dor da gente não sai no jornal.

Como se pode observar, a música nos mostra que a invisibilidade do contingente pobre e miserável da população brasileira é uma trágica realidade desde o século passado. Viajando no tempo até os dias atuais, assistimos à pandemia colocar sob os holofotes um problema cuja dimensão era, até então, ignorada por boa parte da sociedade e de governos. Passamos a conviver com notícias cotidianas mostrando as inúmeras faces desse drama, como podemos confirmar lendo abaixo algumas das manchetes de veículos de mídia impressa e televisiva.

“Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. Dezenove milhões de brasileiros acordam sem saber se vão conseguir alguma refeição para o dia. Dois anos atrás, eram 10 milhões.”

“João Alberto Silveira Freitas é morto em supermercado Carrefour em Porto Alegre

por ao menos dois seguranças brancos que o espancaram até a morte. Os agressores, que trabalhavam como agentes de uma empresa de segurança, foram presos em flagrante por homicídio triplamente qualificado.”

“Familiares de Emily Victória Silva dos Santos, 4 anos, e Rebeca Beatriz Rodrigues dos Santos, 7 anos, cobram por justiça pelas mortes das duas crianças. As meninas, que são primas, brincavam no portão de casa, por volta das 20h30, quando foram baleadas. Emily foi atingida na cabeça e Rebeca no tórax. O caso aconteceu na comunidade Barro Vermelho, em Gramacho, Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.”

“Era no colo da mãe que a pequena Alice Pamplona da Silva de Souza, de 5 anos, estava quando foi baleada no pescoço, à meia-noite do dia 1º, no Morro do Turano, na casa da madrinha, onde a família estava reunida para comemorar a chegada de 2021.”

“A morte da grávida Kathlen Romeu gerou repercussão e familiares e famosos lamentaram a perda da jovem para a violência do Rio de Janeiro. A designer de interiores de 24 anos foi morta, na tarde de terça-feira (8), atingida por uma bala perdida durante um confronto entre policiais e criminosos no Complexo do Lins, na Zona Norte do Rio.”

“Os três meninos mortos em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, passaram por uma sessão de tortura antes de serem executados. Um deles morreu em decorrência da surra e os outros dois foram mortos por causa disso, segundo investigação da Polícia Civil do Rio de Janeiro.”

Sessenta anos depois “a dor da gente”

passou a sair no jornal, e isso é uma mudança muito importante, mas que não veio acompanhada de nova atitude por parcela significativa da sociedade. Na verdade, o que temos visto é certa naturalização diante dos problemas. Algo do tipo: é lamentável, porém, fazer o que, é assim mesmo.

Se um inocente morre por bala perdida numa incursão policial, a justificativa é que se trata de efeito colateral. Se o tráfico e a milícia criam seus tribunais para determinar a execução de rivais ou inocentes, é comum ouvirmos que não deveriam ter se metido com eles. Se uma mulher é agredida, certamente alguma coisa ela aprontou. Afinal, ela não poderia estar usando aquele vestido curtinho. Se mais pessoas lotam as ruas pedindo comida, é porque não querem procurar um trabalho.

O clima de ódio que há 15 anos vem prevalecendo nas disputas políticas e que transbordou para as relações sociais propicia um caldo de cultura para a manutenção de tal cenário, agravado por declarações e atitudes do principal mandatário do país e de seu governo. Infelizmente, ele ainda encontra muita gente que o segue nesse comportamento cujo maior simbolismo foi a conhecida declaração “e daí?”.

Claro que temos exceções. Há um grande número de iniciativas na sociedade em que ONGs, empresas e personalidades têm procurado estimular a solidariedade e a luta em defesa desses segmentos, mas ainda temos um longo caminho a percorrer para resgataremos os valores civilizatórios. Enquanto isso, continuaremos a conviver com esse tipo de notícia de jornal.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

O grande circo Brasil

Das operações do intelecto capazes de definir e distinguir o falso do verdadeiro, a lógica é, seguramente, a mais importante das funções humanas. Mesmo assim, é uma função pouco ou nada usada quando o assunto é política nacional na condução do Estado. É nesse ponto que reside a nossa grande diferença em relação aos demais países do mundo civilizado.

A lógica se liga à verdade, quando demonstra satisfazer as duras exigências da ética humana. A falta de lógica em nosso modelo político de gestão do Estado demonstra que não há verdade naquilo que é feito. Com isso, fica a premissa de que nosso Estado é uma entidade falsa. O que se tem é uma fachada cênica. Por detrás, movem-se os eleitos políticos, numa encenação mambembe, que se repete a cada temporada do Grande Teatro Brasil, de quatro em quatro anos.

Por isso mesmo, nada no mundo da política nacional parece fazer sentido para o cidadão de bem desse país. Entre nós, não há regras nem scripts que não possam ser mudados e adaptados para que neles se encaixem todos os desejos e as vontades do elenco formado por nossa classe dirigente. Fica impossível saber até em que terreno estamos pisando.

O que existe, de fato, são dois mundos díspares. Um no palco e outro na plateia. Um formado pelos dirigentes do Estado, incluindo aí os próceres dos Três Poderes. Outro mundo, totalmente diferente e até distante, é aquele formado por milhões de cidadãos que fazem o possível para conduzirem suas vidas o mais distante possível de tudo o que o Estado possa representar. Não há ligação possível entre esses dois mundos. Diante dessa constatação tão básica, fica até difícil saber por onde começar para pôr fim a essa pantomima que transforma nossas vidas numa tragédia sem fim.

Poderíamos, à guisa de imaginação, começar por substituir as eleições de 2022, por um referendo popular, que reunisse sugestões para acabar, de vez, com o atual modelo político vigente, reduzindo o Estado, enguando a máquina pública, extinguindo privilégios de toda a ordem, cortando benefícios supérfluos, interrompendo fundos partidários e eleitorais, pondo um fim à ciranda eterna da impunidade, nivelando nosso modelo de Estado com outros do mundo desenvolvido e dando, quem sabe, um passo decisivo para adentrarmos, de fato, no século 21. Ou é isso, ou é nada.

As eleições vindouras, a permitir a repetição desse falso modelo de Estado que temos, em nada resultarão de produtiva ou lógica. Sem a possibilidade de um amplo plebiscito que remova o velho Estado e inaugure o Estado da lógica, fundado na verdade e na ética, as eleições apenas servirão para renovar alguns poucos quadros desse elenco de embusteiros sendo que o essencial ficará imutável. Muito mais importantes do que as próximas eleições é a mudança de modelo, capaz de varrer para longe esses seres do nosso leviatã moderno.

Pelo que se afigura na linha do horizonte, onde pesadas nuvens de fuligem se agigantam, escalando o céu, nada de promissor saído das urnas virá ao nosso encontro. Ou usamos da lógica para encontrar a verdade que queremos, ou vamos para mais um quadrênio com uma nova temporada do Grande Circo de horrores Brasil.

» A frase que foi pronunciada

“É cercear o direito de informação do eleitor e abrir espaço para fake news. Uma vez que não será possível divulgar pesquisa na véspera da eleição por um veículo oficial de uma forma regulamentada como prevê a lei, abre-se espaço para circulação de supostas pesquisas nos grupos sociais, nas redes sociais e grupos de WhatsApp, gerando espaço aí para fake news”.

Márcia Cavallari, CEO da Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipec)

Representante

» Existe uma regra dentro do Congresso que faz com que os políticos que se preocupam com questões como ética pública, gastos exorbitantes do Estado, corrupção entre outros temas de interesse direto da população, dificilmente conseguem espaço e apoio de seus pares para fazer avançar seus projetos. Inúmeros são os exemplos de parlamentares que nunca viram prosperarem projetos seus acabando com privilégios e outros direitos reservados apenas para aqueles que estão no poder. Um desses casos é do senador José Reguffe (Podemos-DF), cuja proposta de sua autoria acaba com cargos vitalícios nos tribunais de contas e nas altas cortes, assim como a nomeação política de indivíduos para essas importantes funções, aguarda a vez de ser apreciada há pelo menos quatro anos, e sem qualquer esperança de que venha a sê-lo.

Papéis

» Seja nos ônibus, seja em qualquer estabelecimento comercial, os funcionários deveriam ser proibidos de fazer qualquer comentário no momento de dar o troco. A obrigação de ter trocado é do comércio, não do consumidor. Pela Lei do Troco, o comerciante não pode dar balinhas ou fósforo como troco sem o consentimento do consumidor e, se não tiver troco, precisa arredondar o valor para uma quantia menor.

» História de Brasília

É calamitosa a situação do DCT em Brasília. Toda repartição quando transfere seus funcionários tem o interesse de localizá-los, antes, em apartamentos. No DCT, isso não aconteceu, e o que há é um salve-se quem puder. Os chefes, como podem mais, ganham primeiro. (Publicada em 16/2/1962)